



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE BACHARELADO E
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

GLAUCILENE B. DE SOUZA MARCONE

**ESPAÇOS URBANOS FRENTE À ATIVIDADE TURÍSTICA NA PRAIA FLUVIAL
DO JACARÉ, CABEDELO-PB**

João Pessoa – PB
Março/2015

GLAUCILENE B. DE SOUZA MARCONE

**ESPAÇOS URBANOS FRENTE À ATIVIDADE TURÍSTICA NA PRAIA FLUVIAL
DO JACARÉ, CABEDELO-PB**

Monografia de Graduação
apresentada à Coordenação dos
Cursos de Bacharelado e Licenciatura
em Geografia do Centro de Ciências
Exatas e da Natureza, da
Universidade Federal da Paraíba,
para fins de obtenção do Grau de
Bacharel em Geografia.

Orientador: Ana Glória Madruga

João Pessoa – PB
Março/2015

Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN
Catalogação na publicação

M321e Marcone, Glaucilene Bernadete de Souza.
Espaços urbanos frente à atividade turística na praia fluvial do Jacaré,
Cabedelo-PB / Glaucilene Bernadete de Souza. - João Pessoa, 2015.
41p. : il.

Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof^a Ms. Ana Glória C. Madruga.

1. Urbanização - Paraíba. 2. Turismo - Cabedelo. 3. Impacto ambiental.
I. Título.

UFPB/BS-CCEN

CDU: 911.375.1 (813.3)(043.2)

GLAUCILENE B. DE SOUZA MARCONE

**ESPAÇOS URBANOS FRENTE À ATIVIDADE TURÍSTICA NA PRAIA FLUVIAL
DO JACARÉ, CABEDELO-PB**

BANCA EXAMINADORA

Termo de Aprovação: Monografia aprovada em 10/03/2015, com a Nota:, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel, no Curso de Bacharelado em Geografia, do Centro de Ciências Exatas e da Natureza, da Universidade Federal da Paraíba, a qual foi submetida à avaliação, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores membros:

Prof^a. Ms. Ana Glória Cornélio Madruga - Orientador e Presidente da Banca;

Prof. Dr. Sinval Almeida Passos – Examinador;

Prof^a. Ms. Araci Farias Silva – Examinador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, a minha mãe por sempre está ao meu lado.

Ao meu pai Marcos, pelo incentivo ao estudo .

A meus irmãos pela presença . E toda minha famílias que me auxiliaram na caminhada da vida e me ajudaram a crescer como pessoa.

Diversas colaborações foram importantes na realização deste trabalho.

A todas as pessoas que se envolveram, agradeço a participação e interação em diferentes momentos.

À Diogo, pelo carinho e pela prestabilidade com que me ajudou e me incentivou a concluir este trabalho .

À Rafaela, pelas sugestões e contribuições importantes na busca de dados sobre os casos estudados.

E a professora Ana Madruga pela compreensão e ajuda com este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho analisa o espaço urbano a partir da influência do turismo e os impactos ambientais gerados na praia fluvial na praia do Jacaré, em Cabedelo-PB. Trata-se, portanto, de um trabalho de revisão de bibliografia: no primeiro momento, a revisão da literatura selecionada sobre a urbanização; no segundo momento, a caracterização da área estudada e a relação dela com a atividade turística por último, conceitos sobre Turismo e os aspectos ambientais. A pesquisa utilizou-se de primários através de entrevistas com moradores mais antigos da região que tiveram influência sobre a atual configuração da Orla da praia do Jacaré. Também foi realizado um levantamento fotográfico da área de estudo, levantamento de dados em referências bibliográficas que somaram a entender o espaço urbano e o Turismo. Justificando-se pela necessidade de fazer um estudo sobre a situação ambiental na praia do Jacaré pois, em alguns anos a localidade passou a ser um ponto turístico visitado diariamente e a área não oferece estrutura adequada para a demanda turística. O processo de urbanização já implica em uma série de transformação no espaço, o turismo também é uma atividade que está em constante crescimento juntos, geram impactos ao meio ambiente que podem ser negativos ou positivos, dependendo da forma que é aproveitado.

Palavras-chave: Urbanização, Turismo, Meio ambiente, Impacto ambiental.

INTRODUÇÃO.....	8
1. O ESPAÇO URBANO	10
1.1 Urbanização no Brasil	13
1.2 Conseqüências da Urbanização	15
1.3 A Evolução do Espaço Urbano da cidade de Cabedelo	16
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	20
2.1 Localização.....	20
2.2 Aspectos Sociais	22
2.3 Aspectos Físicos	23
2.3.1 Clima	23
2.3.2 Geomorfologia e Geologia	23
2.3.3 Vegetação.....	24
2.3 Ponto Turístico: Praia do Jacaré.	24
2.3.1 Infraestrutura	26
.....	28
2.3.1 Aspectos Ambientais	29
3. O TURISMO E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	33
3.1. O Turismo Sob o Aspecto Econômico.....	35
3.2 O Desenvolvimento do Turismo e a Questão Ambiental	37
3.2.1 Meio Ambiente	38
3.2.2 Turismo e Impacto Ambiental	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país essencialmente urbano. Segundo levantamento do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010, 84% da população brasileira habita os centros urbanos hoje, quando em 1970 apenas 30% localizavam-se nas cidades (IBGE, 2010). Assim, o crescimento acelerado nas cidades não deu conta das necessidades da população que se dirigiu aos centros urbanos em busca de trabalho e novas oportunidades (VIZZOTTO; PRESTES, 2009).

A formação e a expansão de um território ocorrem devido a diversos fatores, como a sua história, atuação de seus atores sociais, atividade econômica, entre outros. Nas várias análises sobre o assunto, o turismo constitui-se uma atividade que exerce influência no território, gerando inter-relações tanto no aspecto social, econômico, cultural e ambiental. O turismo possui grande importância como atividade explorada do território para geração de renda em diferentes níveis (local, regional e nacional), e seu rápido crescimento indica a necessidade de estudos que analisem os impactos ambientais e as modificações que proporciona no meio natural.

A atividade é considerada ambígua por ser capaz de proteger o meio utilizado (que passa a ser entendido como fonte de renda), ao mesmo tempo em que o degrada e causa impactos socioambientais negativos. Considera-se que tais impactos são causados por dois principais motivos. O primeiro é o estabelecimento de infraestrutura para atendimento ao turista, muitas das quais são implantadas em áreas selvagens e/ou isoladas e acabam por desequilibrar o meio em que se instalam. O segundo é a falta de infraestrutura de saneamento básico para atendimento da própria população, a qual sofrerá uma sobrecarga devido ao aumento de usuários.

É preciso, também, considerar o lado positivo da atividade, como a geração de renda e um provável estímulo à proteção ambiental. Porém, o presente trabalho analisa as modificações da paisagem e os possíveis impactos ambientais negativos causados pela atividade. Assim, o objetivo desse trabalho é fazer um levantamento histórico da formação da orla da praia fluvial do jacaré bem como sua caracterização e evolução como ponto turístico, levando em consideração os impactos ambientais

causados na área. Esse estudo baseou-se em análises bibliográficas e trabalhos de campo com entrevistas aos moradores e fotografias do local.

1. O ESPAÇO URBANO

De acordo com Santos 2008, o espaço é uma instância da sociedade, e assim como os demais elementos (econômico, político e cultural), acaba por fazer parte do sistema social. E por meio de suas qualidades sistêmicas, condiciona, em certa medida, as demais estrutura. O espaço não pode ser considerado como passivo dentro do sistema social, tendo em vista que é elemento determinante da organização da sociedade (SANTOS, 2008).

A forma como a sociedade se organiza sobre o território é o que define o espaço urbano. O espaço urbano é fragmentado, caracterizado pela justaposição de diversas paisagens e diferentes usos da terra. As cidades capitalistas geram um mosaico urbano, composto de áreas centrais, zonas periféricas, áreas industriais e áreas residenciais, que tomam formas distintas, como as favelas e os bairros exclusivos; além de áreas destinadas à especulação imobiliária visando à expansão dessas cidades.

Cada sociedade vê o espaço de uma forma que diretamente estará ligada as suas concepções sociais e culturais. Segundo Corrêa (2000).

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade .

Para Souza (2007, p. 28) A cultura desempenha um papel na produção do espaço urbano e na projeção da importância de uma cidade para fora de seus limites físicos, assim como o poder. A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas, mas também enquanto sede do poder religioso

e político.

É importante ressaltar que Na cidade espaço não é só matéria nem tampouco é energia. A cidade não é feita da concretude de sua configuração física. Ela é feita também de vida e de inter-relações. “Os elementos móveis de uma cidade e, em especial, as pessoas e suas atividades, são tão importantes quanto as partes físicas estacionárias” (LYNCH, 2006: 1)

Os agentes sociais, definidos por CORREA, que produzem e consomem historicamente o espaço urbano são: Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; Os proprietários fundiários; Os promotores imobiliários; O Estado e Os grupos sociais excluídos.

“A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem..

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade” (CORREA, 1993, p.11)

Segundo ele, os proprietários do meio de produção são grandes consumidores do espaço devido a necessidade de suas práticas industriais. Também tem grande influencia na modelagem da cidade, pois ao seu redor criam áreas residenciais destinadas aos proletariados enquanto as áreas nobres ficam mais afastadas.

Enquanto isso, os proprietários fundiários desejam o melhor retorno de capital possível . O maior interesse está na conversão de terras rurais em urbanas, estabelecendo assim um valor de troca e não de uso do espaço. Fazem pressão sobre o Estado, principalmente sobre as prefeituras com o interesse de influenciar as leis de uso do solo e zoneamento urbano, afim de valorizar suas propriedades. Podem criar bairros seletivos, mesmo em áreas periféricas e são considerados de status por possuírem características de luxo. Quando terrenos periféricos não atraem a população de grande poder aquisitivo eles passam a ser loteamentos populares com pouca infraestrutura que tem o perfil de autoconstrução ou tornam-se

conjuntos habitacionais proporcionados pelo estado.

Os Promotores Imobiliários podem ser entendidos como um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente a incorporação, o financiamento, o estudo técnico, a construção ou produção física do imóvel e a comercialização. Esses agentes podem ser os proprietários construtores, os agentes clássicos que produzem poucos e pequenos imóveis (os comerciantes) e as firmas incorporadoras. A cidade capitalista é ainda mais dormentada pela ação dos promotores imobiliários, pois ela se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial.

Já O Estado representa uma ação complexa e variável no tempo e espaço. Sua atuação está estabelecida nos três níveis político-administrativo: Federal, Estadual e Municipal. Ao mesmo tempo que é um regulador que elabora leis e normas sobre o uso do solo, zoneamento e códigos de obras, é também um grande industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário. O Estado garante a infraestrutura é pressionado pois há conflitos de interesse, pois tende a privilegiar interesses da classe dominante, por isso é alvo de cobrança da população. No âmbito do município, o Estado reproduz a sociedade capitalista, pois estimula a segregação residencial ao cobrar imposto territorial e predial de forma diferenciada por cada bairro, levando conseqüentemente a segregação social.

Os Grupos Sociais Excluídos são fruto de uma sociedade de classes, que gera grandes desigualdades sociais ao ponto que uma parte da população não possui moradia nem condições de pagar aluguel. Esses grupos modelam o espaço na medida em que produzem as favelas, ocupam terrenos públicos ou privados com o intuito de moradia.

Santos (1997) propõe uma percepção do espaço a partir dos sistemas de engenharias (formas e fixos) e da circulação (fluxo), tecendo uma rede de relações, lógica fundamental para fazer uma leitura do espaço intra-urbano (1997, p.43).

“Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos.” (SANTOS, 1997, p.77)

Para ele os fixos são elementos estruturantes do espaço, e o seu conjunto

formam os sistemas de engenharias, capazes de gerar fluxos que dão dinâmica ao espaço geográfico, gerando a configuração espacial.

1.1 Urbanização no Brasil

O processo de urbanização do Brasil está relacionado com a produção da economia estabelecida no território ao longo da história do país. Os primeiros centros urbanos surgiram no litoral durante o século XVI, onde nesse período o que predominava era a produção de cana-de-açúcar. Nos séculos XVII e XVIII, a descoberta de ouro fez surgir vários núcleos urbanos na área mineradora de Minas Gerais. No século XIX a produção de café era de grande importância para a economia brasileira, mas com a crise de 1929 houve o declínio da importância do produto na economia do país. Em razão disso, o governo nacional passou a incentivar a atividade industrial.

O processo de industrialização, que funcionou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção à área urbana. Em 1940, apenas 31% da população brasileira vivia em cidades.

Foi a partir de 1950 que o processo de urbanização se intensificou, pois com a industrialização promovida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek houve a formação de um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o Sudeste do país, região que possuía a maior infraestrutura e, conseqüentemente, a que concentrava o maior número de indústrias.

O processo de urbanização brasileiro teve início no século XX, a partir do processo de industrialização, que funcionou como um dos principais fatores para o deslocamento da população da área rural em direção à área urbana. Esse deslocamento, também chamado de êxodo rural, provocou a mudança de um modelo agrário-exportador para um modelo urbano-industrial. Atualmente, mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas, o que equivale aos níveis de urbanização dos países desenvolvidos.

Até 1950 o Brasil era um país de população, predominantemente, rural. As principais atividades econômicas estavam associadas à exportação de produtos agrícolas, dentre eles o café. A partir do início do processo industrial, em 1930, começou a se criar no país condições específicas para o aumento do êxodo rural. Além da industrialização, também esteve associado a esse deslocamento campo-cidade, dois outros fatores, como a concentração fundiária e a mecanização do campo.

As indústrias, sobretudo a têxtil e a alimentícia, difundiam-se, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Esse desenvolvimento industrial acelerado necessitava de grande quantidade de mão-de-obra para trabalhar nas unidades fabris, na construção civil, no comércio ou nos serviços, o que atraiu milhares de migrantes do campo para as cidades (êxodo rural).

O processo de urbanização brasileiro apoiou-se essencialmente no êxodo rural. A migração rural-urbana tem múltiplas causas, sendo as principais a perda de trabalho no setor agropecuário - em consequência da modernização técnica do trabalho rural, com a substituição do homem pela máquina e a estrutura fundiária concentradora, resultando numa carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais.

Assim, destituídos dos meios de sobrevivência na zona rural, os migrantes dirigem-se às cidades em busca de empregos, salários e, acima de tudo, melhores condições de vida.

A partir deste momento, novos fatores surgem, tornando mais complexo o fenômeno da urbanização. Temos uma modernização e ampliação dos transportes e das comunicações; uma expansão capitalista no campo e nas demais atividades; um movimento de migrações muito forte; uma nova divisão do trabalho social e territorial, que se superpõe a divisão do trabalho social e territorial anterior, etc.

Tudo isto tem como resultado, uma aceleração do processo de urbanização. com isso, o processo de uso e ocupação do solo urbano se deu sem a realização de planejamento , certos problemas urbanos têm sido potencializados e adquirido um caráter de vulnerabilidade ambiental.

A expansão do espaço urbano tem levado ao aumento depressão sobre áreas

e sistemas sob ameaça ambiental (BARCELLOS; OLIVEIRA, 2008.p. 3).

Como a urbanização decorre da transformação da sociedade, com a concentração populacional num espaço determinado e mudanças no modo de produção, ela, apesar de causar impactos positivos, como desenvolvimento econômico, tecnológico e social, pode gerar graves problemas, a exemplo da degradação ambiental, escassez de recursos, poluição e redução da qualidade de vida da população. Nos grandes núcleos urbanos, a desorganização social com déficit habitacional, desemprego, desigualdades sociais e problemas infraestruturais.

1.2 Consequências da Urbanização

O crescimento acelerado e sem planejamento das cidades implica em consequências negativas ao meio ambiente, somados com os problemas sociais e econômicos como déficit habitacional, desemprego, a violência urbana, a segregação sócio-espacial, entre outros, sem contar que a tendência é a de ocupação das melhores áreas pelas classes média e alta, ficando eventualmente as áreas menos favorecida de infraestrutura para a camada de menor poder aquisitivo, normalmente com baixo valor imobiliário, e muitas vezes propensas a riscos ambientais, como é o caso da ocupação de encostas e fundos de vale. Segundo Sobreira apud (SILVA, 2005.) “A cidade é múltipla e resulta da combinação simultânea de movimentos aparentemente opostos e excludentes, mas que são na verdade complementares: o planejado e o espontâneo”.

As características essenciais da urbanização contemporânea são sua velocidade e generalização, o que acarreta grande sobrecarga para a rede de serviços públicos, acentua os contrastes entre zonas urbana e rural e aprofunda as insuficiências econômicas de produção, distribuição e consumo. Os sistemas de produção chegam a um ponto de estrangulamento, enquanto as necessidades de consumo passam por intensa vitalização. O somatório de todos esses fatores acaba por produzir um estado de desequilíbrio.

Em função do congestionamento, a cidade tende a expandir seus limites e nascem assim bairros, subúrbios e a periferia, que podem dar origem a novas cidades. A urbanização estendida a uma grande área circundante origina uma nova morfologia urbana, na qual se distinguem regiões diversas: zona urbanizada, isto é,

conjunto ininterrupto de habitações; zona metropolitana, que engloba o núcleo central e seus arredores; megalópole, resultado da fusão de várias zonas metropolitanas; cidades novas e cidades-satélites.

Independentemente da forma que assume, o processo de urbanização apresenta sempre uma hierarquia, isto é, cidades de tamanhos diferentes e com funções diversas: capitais, descanso, turismo, industriais e outras. Qualquer que seja sua função, a cidade não é apenas uma unidade de produção e consumo, caracterizada por suas dimensões, densidade e congestionamento.

Representa também uma força social, uma variável independente no interior de um processo mais amplo capaz de exercer as mais variadas influências sobre a população e cuja principal consequência é o surgimento de uma cultura urbana. No plano material, essa cultura cria um meio técnico e inúmeras exigências concretas: água, esgotos e serviços em geral. No plano psicossocial, manifesta-se pelo aparecimento de uma nova personalidade.

A deterioração do meio urbano é uma das consequências mais evidentes da rapidez com que se processa a urbanização. Em decorrência, esse meio apresentasse incompleto e imperfeito: favelas, habitações deterioradas, zonas a renovar e recuperar, superposição de funções e outras anomalias. O remanejamento exige mais do que o planejamento material simples: aumento da rede de serviços, ampliação da oferta em habitações e racionalização da ocupação do solo. Torna-se fundamental a criação de novas estruturas, correspondentes à nova realidade

1.3 A Evolução do Espaço Urbano da cidade de Cabedelo

Cabedelo foi fundada no final do século XVI, nesse período era um povoado pertencente ao território da atual capital do Estado. Em 1908 passou de povoado a vila, mas em 1928 voltou a pertencer ao município de João Pessoa. Finalmente em 09 de Fevereiro de 1957, Cabedelo desvincula-se da capital e é reconhecido como município.

A formação da cidade de Cabedelo está diretamente ligada a ocupação e conquista do estado da Paraíba. A conquista do território paraibano pelos portugueses data o ano 1585, quase um século após o descobrimento do Brasil. O

interesse deles eram colonizar uma área que era boa para a agricultura e pecuária, além de outras riquezas que poderiam ser exploradas.. Mas houve grandes batalhas com os índios da região e só após cinco expedições foi obtido êxito. Até então, o território pertencia a Capitania de Itamaracá.

A ocupação da Cidade de se dá a partir da construção do do forte velho e forte de Santa Catarina, na foz do Rio Paraíba, no final do século XVI. O forte serviu na defesa do Estado contra as invasões Francesas , Holandesas e indígenas.

Após a instalação do Forte de Santa Catarina, soldados e algumas famílias que trabalharam na construção, ocuparam a área em torno e utilizavam-se de atividades como o extrativismo, caça, pesca e e agricultura para manter-se no lugar.

A primeira fortificação construída em 1590 ficava distante da cidade e muito difícil aos moradores garantir a sua ocupação em caso de ataque. Essa primeira configuração do forte destruída pelo índios em 1592. Em 1634 os Holandeses que conquistaram a Paraíba reformaram e ampliaram o sistema de defesa alterando o nome do forte para Margarida, em homenagem à irmã de Nassau. Segundo o IBGE:

Em 24 de dezembro de 1634, foi a cidade ocupada pelos holandeses depois de violentos ataques aos fortins da barra, corajosamente defendidos pelas tropas aquarteladas em Cabedelo. Durante o domínio holandês deram-lhe os batavos maiores proporções e trocaram-lhe o nome para Margareta, em homenagem a uma dama da família de Nassau.

Os Holandeses deixaram o território paraibano em 1654, após derrota em Guararapes. A administração de Maurício de Nassau desenvolveu a região e manteve um convívio pacífico com os moradores. Com a saída dos holandeses, a colônia portuguesa reassume o controle do forte e rebatiza-o de Santa Catarina. Após um longo período de deterioração no final da década de 1870 a edificação foi cedida a Marinha. Em 1880 a fortificação foi devolvida ao exercito. Nesse período foi utilizado como cadeia publica. Em 1907. Desde 1938, a construção foi tomada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente o Forte é administrado pela Fundação Fortaleza Santa Catarina e virou um ponto turístico do Estado.

A estrutura urbana de Cabedelo começou a ser configurada no final do século XIX com a inauguração linha férrea que ligava João Pessoa a Cabedelo em 1889. Na época não houve consenso de todos para que a ferrovia fosse construída, pois

alguns temiam prejudicar o tráfego no porto do capim.

A ferrovia foi de grande importância para a organização do povoado em Cabedelo. A via férrea acompanhava o modelado do rio Paraíba e naquele momento o estuário possuía mais importância que o oceano. “Ali o fluxo de pessoas era intenso em função de suas atividades e, por outro lado, elas também se utilizavam dos serviços do comércio” (BADIRU, 1999).

Atualmente, há duas estações de trem na cidade com apenas um trecho de tráfego de passageiros que liga a região metropolitana de João Pessoa ao porto de Cabedelo.



Figura 1: Em 1906, jornalistas posando na plataforma da velha estação de Cabedelo (O Malho, 25/8/1906).

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/cabedelo.htm>

Foi a partir de 1935, com a inauguração do porto de Cabedelo houve a intensificação da ocupação da orla, expandindo a cidade no sentido de Ponta de Matos. Após esse fato, foi necessário criar uma infra-estrutura adequada para atender as necessidades dos funcionários que trabalhavam no porto, pois a cidade agora começava a ganhar o perfil portuária. O principal produto escoado foi o algodão. O porto de cabedelo teve grande importância nas exportações marítimas brasileiras no período pós-guerra, na década de 1950. Até 1978 o Governo do

Estado administrava o porto. Depois desse ano passou a ter como administrador Empresa de Portos do Brasil (PORTOBRAS). Atualmente quem administra é a uma empresa, de capital misto, denominada Companhia Docas da Paraíba, criada em 1998.

2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 Localização

A praia fluvial do Jacaré encontra-se no município de Cabedelo. O município está localizado na Zona da Mata paraibana. Está inserido numa península arenosa costeira formada por restingas resultante da ação conjunta das dinâmicas marinhas e fluvial da desembocadura do rio Paraíba. Faz limite ao Oeste com os municípios de Santa Rita e Lucena, ao Sul com João Pessoa e ao Norte e Leste com o Oceano Atlântico. Sua área chega a aproximadamente 32km².



Figura2: Território municipal de Cabedelo-PB

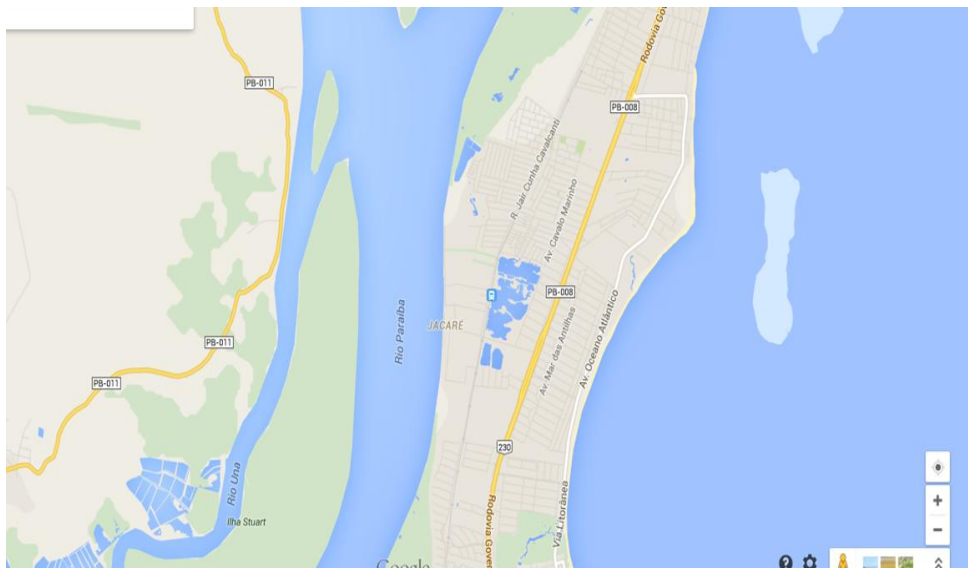
Fonte: https://www.google.com.br/searchq=mapa+de+cabedelo&oq=mapa+de+cabedelo&aqs=chrome.0.69i59j69i60j69i59l2j0l2.3108j0j7&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8



Figura 3: Foto aérea da cidade de Cabedelo-Paraíba.

Fonte: <http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2014/06/os-ambientes-marinhos.html>

A praia fluvial do Jacaré está localizada no município de Cabedelo entre as margens do rio Paraíba e a BR 230.



Fonte: https://www.google.com.br/searchq=mapa+praia+do+jacare&qq=mapa+praia+do+jacare&aqs=cchrome..69i57j0.4076j0j9&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8



Figura 5. Mapa de uso de solo do Parque da Praia do Jacaré, Cabedelo, PB.

Fonte: https://pbsemarreiras.files.wordpress.com/2014/12/amb32_estrela_santos_santos_costa.pdf

2.2 Aspectos Sociais

Segundo o IBGE (2014), Cabedelo tem uma população estimada de 64.360 habitantes. O IDEME (Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba), em sua última divulgação em 2012, revelou que o município representou 8,7% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, isto significa dizer, que é o terceiro maior PIB do estado.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013, a Paraíba possuía o 4º mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do País. Mesmo apresentando esse dado, o Estado avançou para o nível médio desse índice que varia de 0,600 a 0,699. Sendo que Cabedelo, apresentou o maior segundo índice em relação ao IDHM do Estado de 0,748, em 2010. Isto deu-se pelo aumento do desenvolvimento da Educação, da Renda e Longevidade no período de 2000 a 2010.

Gráfico 1. Valor do PIB da Paraíba

Municípios	2011		Municípios	2012		Variação nominal (%) 2012/2011
	PIB (1.000 R\$)	Participação (%)		PIB (1.000 R\$)	Participação (%)	
Paraíba	35.443.832	100,0	Paraíba	38.731.149	100,0	
João Pessoa	10.104.773	28,5	João Pessoa	11.225.777	29,0	11,1
Campina Grande	5.341.689	15,1	Campina Grande	5.487.353	14,2	2,7
Cabedelo	2.800.606	7,9	Cabedelo	3.381.452	8,7	20,7
Santa Rita	1.402.846	4,0	Santa Rita	1.624.386	4,2	15,8
Bayeux	836.194	2,4	Bayeux	886.137	2,3	6,0
Subtotal	20.486.109	57,8	Subtotal	22.605.105	58,4	10,3
Outros	14.957.723	42,2	Outros	16.126.044	41,6	7,8

Fonte: IBGE / IDEME-PB, Produto Interno Bruto dos Municípios 2012

2.3 Aspectos Físicos

2.3.1 Clima

Segundo a classificação de Köppen, o clima do município de Cabedelo é denominado As', que é definido como um clima quente e úmido. As temperaturas variam de 25°C e 28°C e índice pluviométrico com média de 1800 mm anuais. A cidade apresenta uma estação de seca no verão que correspondem aos meses de setembro a dezembro que representam os meses com menor índice de pluviosidade. E chuvosa nos meses de janeiro a março, sendo os meses de abril, maio e junho os mais chuvosos caracterizando assim o outono-inverno

2.3.2 Geomorfologia e Geologia

Cabedelo está inserida numa planície costeira, que é uma unidade geomorfológica de níveis altimétricos que variam de 0 a 10 metros. O relevo local, de origem Quaternária, é marcado pela ocorrência de praias, terraços, restingas, recifes e cordões litorâneos, posto que a sua formação é resultante da ação de elementos marinhos e fluviomarinhos. Sendo assim, todas as atividades que se desenvolvem no município têm ligação direta com as características litorâneas do mesmo (FALCÃO, 2005).

Segundo Rocha (1996), a geologia da área é predominantemente sedimentar, representada por depósitos que vão do cretáceo ao Holoceno. Os solos foram desenvolvidos sobre sedimentos areno quartzosos não consolidados, recentes, de origem marinha e fluviomarinho, muito profundos, ácidos e pouca ou quase nenhuma vocação agrícola.

2.3.3 Vegetação

A vegetação é composta pelas associações de Mata Atlântica, Mangues e Mata de Restinga. A Mata de Restinga possui espécies caducifólias, árvores de pequeno porte e árvores que variam de 10 a 15 metros de altura. Já os mangues estão no ecossistema voltado para a fertilização e refugio de espécies marinhas e continentais. Os mangues é uma formação florestal perenifólia, e possui espécies adaptadas ao ambiente fluviomarinho, com salinidade elevada, solos pantanosos e com bastante matéria orgânica em decomposição. As espécies encontradas em Cabedelo são: mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), mangue de botão (*Conocarpus erectus*), samambaiçu (*Dicksonia sellowiana*) e guaxuma (*Triumfetta Semitriloba*).

2.3 Ponto Turístico: Praia do Jacaré.

. Desde 1956, ano da emancipação da cidade, a praia de Jacaré já era reconhecida como localidade. Por ser um local onde basicamente viviam pescadores e suas famílias, em 1977 foi construída uma vila de pescadores. Na mesma época algumas fabricas se instalaram no local, porém atualmente já não fazem mais parte do cenário local.

O estudo é direcionado para a Orla da Praia, onde atualmente é a porção explorada turisticamente. A apreciação do por do sol é a atração principal para quem conhece o lugar. Por volta das 17:00 horas há uma apresentação nas águas do Rio Paraíba. O Saxofonista Jurandy toca o Bolero de Ravel. Esses shows ocorrem todos os dias e geralmente são vistos dos Bares que ficam na margem do Rio, nos catamarãs e também na própria orla.

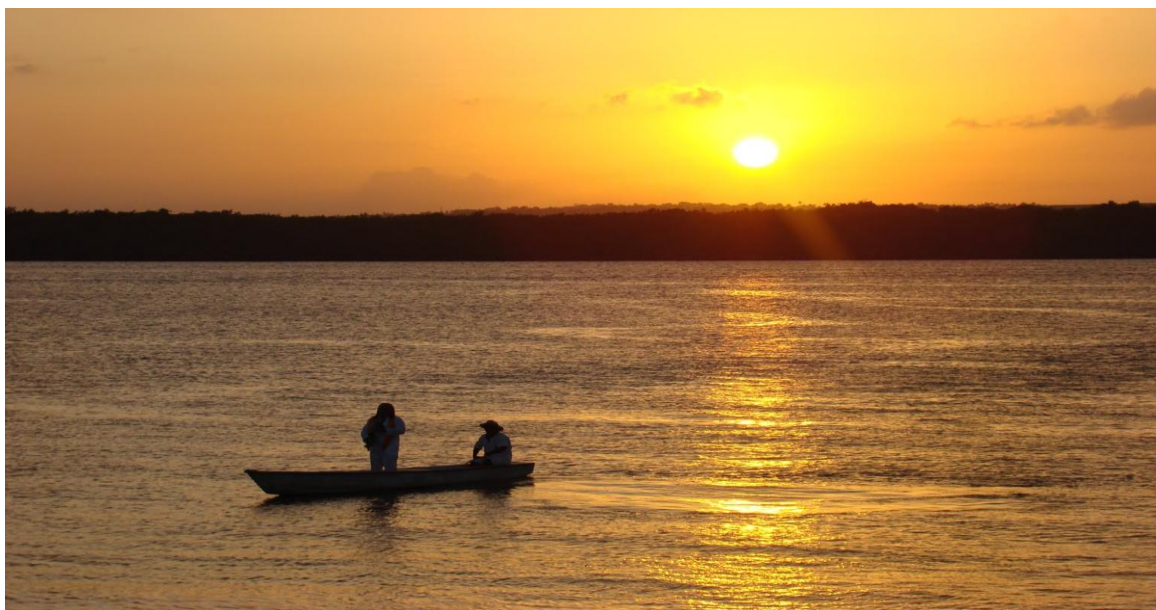


Figura 5 : O músico Jurandy sax tocando bolero de ravel dentro do rio

Fonte: belezasnaturais.com.br

A formação deste espaço como ponto turístico se deu a partir da construção de um bar, na década de 1980, por um morador da área chamado Roberto Souza atualmente com 81 anos. Segundo ele, seu bar chamado de “ bar do gringo” além de confraternizar as famílias que moravam naquele lugar , também era referencia para as pessoas que navegavam no estuário do Rio Paraíba. Pois, servia como ponto de apoio e descanso para os viajantes que muitas vezes estrangeiros.



Figura 6: Primeiro bar da Praia do Jacaré (1984)

Fonte: Maria da Conceição (Moradora Local)

Após alguns anos mais dois bares por foram criados no local. Um chamado bar solar das águas que atualmente só realiza eventos e outro chamado bar do jacaré de propriedade de “dona Nôra”. Foi no bar de “ Dona Nôra” que o bolero começou a ser tocado pela primeira vez.

Com o passar do tempo já em 2001, o saxofonista Jurandy passa a tocar o bolero dentro de um barco e seu show fica conhecido tornando-se atualmente um dos pontos turísticos mais visitados da Paraíba.

2.3.1 Infraestrutura

A partir de 1985, a localidade recebeu itens de infraestrutura, como iluminação pública, rede de energia elétrica, escola pública, posto de saúde, quadra esportiva, espaço recreativo, funcionamento da estação do trem e abastecimento de água. Nos anos 90, a duplicação da BR-230 influenciou a retomada do processo de urbanização da praia, revitalizando o comércio.

Todo o terreno que hoje ficam as lojas de artesanato e as lanchonetes pertenciam aos moradores, um dos mais antigos e dono da maior área é Roberto Souza, conhecido por “ Seu Gringo”. Ele partilhou seu terreno com os filhos e cada um destinou a maneira que quis. Como havia o crescimento do turismo na praia do Jacaré, os moradores passaram a ver o local como fonte de renda. A princípio o alguns fizeram do quintal de casa pequenos comércio, outros começaram a vender parte de seus terrenos para a construção. de lojas.

A atividade turística foi de grande importância para a economia local, pois todas as construções que ficam de frente para a Orla passou a ser destinada o turismo. Atualmente, as poucas famílias que lá residem possuem casas atrás das lojas, pois a frente é dedicada exclusivamente as lojas ou lanchonetes. Destas apenas quatro são proprietárias de ambientes comerciais e retiram maior de sua renda desse comércio.



Figura 7: Lojas de artesanato na frente da orla, enquanto as edificações residenciais ficam por trás.

Fonte: Autora.

Hoje a Orla do Jacaré possui cinco Bares/Restaurantes, porém quatro deles ficam instalados praticamente dentro do manguezal sobre palafitas na margem do Rio.



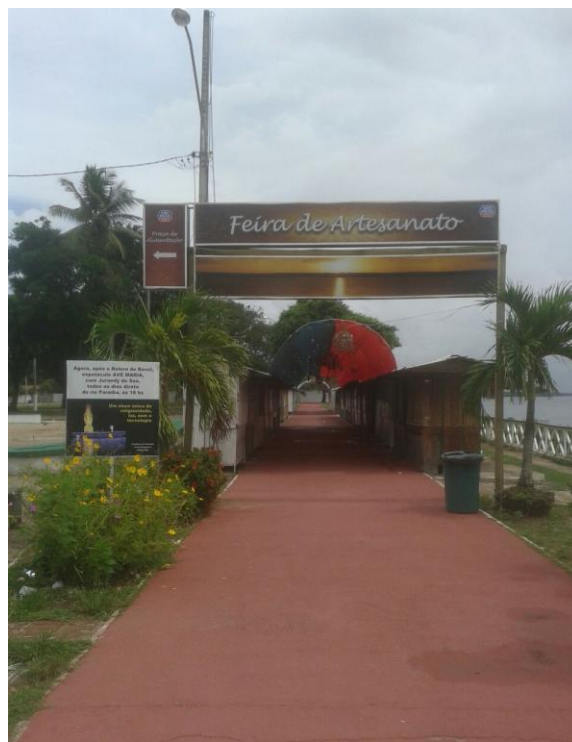
Figura 8: Bar instalado dentro do Manguezal.

Fonte: Autora.

Na parte mais estruturada onde as construções são de alvenaria há 50 lojas de artesanato e 4 lanchonetes. Já na área onde há pouca estrutura há uma praça de alimentação onde barracas de comidas típicas foram instaladas e uma feirinha de artesanato com 38 com barracas.



Figura 11. Lojas de Artesanato construídas na frente das residencias



.Figura 10. Feira de artesanato com barracas.

O ponto turístico também dispõem de 1 banheiro publico e 1 teatro de arena:



Figura 12: teatro de arena.

Fonte: Autora.

2.3.1 Aspectos Ambientais

A orla do rio Paraíba, cujas águas calmas são propícias à prática de esportes náuticos. Nas últimas décadas, o município de Cabedelo vem passando por um intenso processo de degradação ambiental, iniciado nos anos trinta com a inauguração do porto e a abertura da rodovia BR 230 e intensificado com a expansão urbana de João Pessoa em direção ao litoral norte, a partir dos anos setenta. Nesse contexto a praia do Jacaré chama a atenção por ser um ambiente singular – uma praia fluvial, cujos ecossistemas vêm sofrendo ao longo dos anos pressões dos mais variados tipos e intensidades, como a retirada da vegetação nativa, inclusive dos manguezais, a retirada de areia, o assoreamento do rio, a contaminação do lençol freático, entre outros.

Os manguezais da praia do Jacaré, sempre foram alvo da exploração humana, tanto para a captura de crustáceos como para a retirada de madeira para uso doméstico e comercial. As águas do rio Paraíba, em cujas margens se localiza a praia fluvial do Jacaré, vêm sendo sistematicamente poluídas pelo lançamento de efluentes industriais tóxicos das cidades vizinhas, e em menor quantidade pelo depósito de lixo doméstico. Além de poluir as águas, o lançamento de lixo, associado a outros processos predatórios, provoca o assoreamento do leito do rio, causando entre outras consequências, a diminuição do seu estoque pesqueiro. A poluição das águas subterrâneas devido à falta de um sistema eficiente de esgotamento sanitário é outro problema ambiental detectado na área.

O fator sócio-comportamental é determinante para o agravamento da situação de degradação acima mencionada, uma vez que alguns grupos de moradores da praia do Jacaré ainda desenvolvem práticas domésticas rudimentares, entre as quais o lançamento de lixo a céu aberto, a retirada da vegetação para o corte de madeira, ou ainda a captura de pequenos animais silvestres.

A atividade turística é outro fator importante para a poluição das águas do Rio Paraíba. Pois alguns os bares não dispõem de esgotamento sanitário adequado. Através do levantamento realizado, foi possível constatar que apenas dois restaurantes que ficam na margem do Rio possuem reservatório de dejetos. Em um desses há uma estrutura montada embaixo do Bar que serve de depósito para o

esgoto e a descarga é feita a cada 15 dias por um caminhão.

No segundo Bar, os dejetos são encaminhados para uma fossa que é localizada no terreno da frente e esvaziada a cada 2 meses. Já no terceiro Bar a canalização da cozinha é diretamente voltada para o rio, porém a canalização dos banheiros são destinadas para uma fossa séptica. No quarto Bar não houve a percepção da forma adequada de eliminação dos resíduos tanto do banheiro quanto da cozinha, sendo destinados todos para o Rio.



Figura 13: Esgoto sendo despejado no Rio.

Fonte: Autora



Figura 14: Reservatório localizado embaixo do Bar destinado a depósito de dejetos.

Fonte: a Autora.

Outro problema gerado pelo turismo na área é a poluição através de resíduos sólidos jogados na margem do Rio.



Figura 11: Poluição causada no manguezal.

Fonte: Autora

E o corte da vegetação de mangue para que o por-do-sol seja observado pelos turistas.



Figura 15: Poda da vegetação de Mangue, para a visualização do show do Bolero de Rave.

Fonte: Autora

3. O TURISMO E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO

O turismo provoca novas configurações no espaço urbano, mudando a paisagem das cidades. Estas transformações independem da modalidade de turismo que se instala, seja turismo de lazer, negocio, aventura ou tantas outras tipologias atribuídas a essa prática.

A atividade turística de um determinado local deve ser entendida como o deslocamento de pessoas de uma região a outra, por tempo limitado, com o objetivo de satisfazer uma ou mais necessidades e em seguida o retorno ao local de origem.

Pires (2002,p.162), entende que a paisagem o elemento essencial para o turismo: “Se a razão de ser do turismo (...) é o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui como elemento essencial”

Para Castrogiovanni (2001, p. 23) as cidades devem ser compreendidas como representações das condições humanas, que são representadas na arquitetura e na ordenação dos elementos urbanos, desta forma deixando testemunhos na paisagem de tais espaços.

As cidades passam por organização, transformação e reordenação. independente de suas dimensões ou relevância regional, elas se adequam de acordo com suas necessidades sejam elas solicitadas pela política e movimentos sociais.

A relação do turismo com o espaço (meio) tem se dado, de modo geral, através da apreciação da paisagem na qual se materializam os elementos do espaço turístico: a oferta; a demanda; os serviços; os transportes; a infra-estrutura; o poder de decisão; os sistemas de informação, promoção e comercialização.

Segundo Dias (2005), é considerada oferta turística, os recursos existentes na cidade denominados de recursos turísticos, que podem ser naturais ou culturais. Incluem-se nesta categoria, o clima, a paisagem, os parques naturais e temáticos, as manifestações folclóricas e todo o patrimônio natural e cultural. Em função dos

recursos turísticos de um município, se define determinada demanda e o segmento da atividade turística que se destaca na localidade.

Para esclarecer alguns termos, considera-se visitante toda pessoa que se desloca temporariamente para fora da sua residência habitual, quer seja no seu próprio país ou no estrangeiro, por uma razão que não seja a de aí exercer uma atividade remunerada. O turista é o visitante temporário que permanece no local visitado mais de 24 horas; Já o perfil excursionista é o visitante temporário que permanece fora da sua residência habitual menos de 24 horas.

Verificamos que o turismo é uma forma específica de entretenimento consistente, numa deslocação de um ponto de origem para um destino, ali pernoitando no mínimo uma noite por razões essencialmente religiosas, de férias, saúde, negócios e/ou profissionais, mas não exercício ou desempenho de um trabalho (García,2008).

O espaço receptor é estruturado para receber o turista, com seus atrativos, belezas naturais e construídas, sociedades locais. Os organismos de viagens estão representados pelos agentes de turismo, organizações turísticas privadas ou públicas, que por meio da publicidade buscam atrair o turista veiculando anúncios de lugares que atendam às expectativas dos turistas .

Segundo a OMT - Organização Mundial de Turismo determina que este deslocamento faz-se para lugar não coincidente com a residência habitual, por um período de 24 horas ou mais, sem o objetivo de exercer atividade remunerada. A OMT (1998) também distingue, concretamente, quatro elementos básicos no conceito da atividade turística: a Procura turística formada por consumidores e potenciais consumidores de bens e serviços turísticos; a Oferta turística composta por um conjunto de produtos, serviços e organizações que funcionam simultaneamente na atividade turística; o Espaço Geográfico onde interage a procura e oferta turísticas e ainda a comunidade residente; os Operadores de Mercado que são empresas e organismos que facilitam as inter-relações entre a procura e a oferta turísticas.

O turismo é um fenômeno econômico , social político e cultural da sociedade atual. Ele não está só ligado ao repouso e a recreação como também, dinamiza a economia e gera muitos empregos transformando o espaço e alterando o cotidiano

das comunidades onde ele se insere.

No Brasil, através dos estudos realizados pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC, na sigla em inglês), em 2014 o país ocupou em 6º lugar no ranking de países, que leva em conta vários indicadores do setor – importância do turismo para o PIB (Produto Interno Bruto), geração de empregos, divisas geradas por turistas internacionais e investimentos públicos e privados. O impacto do turismo na economia do Brasil teve uma expectativa de 9,5% do PIB (R\$ 466,6 bilhões), um crescimento de 5,2% em relação a 2013.

O estudo de impacto econômico da cadeia produtiva do turismo no País também revelou outros indicadores de crescimento para 2014. O setor gerou 8,9 milhões de empregos diretos e indiretos, um crescimento de 4,5% em relação a 2013, quando o segmento foi responsável por 8,5 milhões de postos de trabalho.

Antigamente, o turismo restringia-se a classes altas que dispunham de tempo e dinheiro para realizarem suas viagens, mas atualmente não é bem assim, já que a maioria das pessoas dos países desenvolvidos, e um número significativo dos países em desenvolvimento têm realizado viagens. Afinal, a existência do turismo é aceita e constitui parte integrante do estilo de vida, não sendo somente prerrogativa de cidadãos privilegiados.

As ofertas turísticas feitas pelas agências e as facilidades para o pagamento tornaram as viagens acessíveis aos viajantes ávidos para experiências novas e emocionantes em regiões de recursos naturais e culturais.

3.1. O Turismo Sob o Aspecto Econômico

O turismo impulsionado pela sua dinâmica e flexibilidade de expansão e também pelos vultuosos lucros que gera, foi segmento econômico que apresentou crescimento nos últimos anos. Isso deve-se a sua capacidade de gerar empregos (diretos e indiretos) em diferentes setores da economia.

A atividade turística pode ser muitas vezes avassaladora ao ponto de sociedades inteiras se reorganizarem em prol dela. É importante lembrar que

desenvolvimento turístico nem sempre significa desenvolvimento econômico. KOTLER (1994, p. 80) considera como desenvolvimento econômico o aumento da produção vinculado a uma diversidade maior de produtos, ou seja, novas indústrias, maior utilização produtiva de recursos e mais inovações. Segundo LEMOS (1998), o que o turismo pode representar é uma alternativa concreta de crescimento econômico, e não de desenvolvimento econômico. Que para ele, crescimento econômico é o “aumento da produção de bens e serviços, que irão redundar no aumento do Produto Nacional Bruto” (LEMOS, 1998: 76)

SILVEIRA (2002) destaca que o incremento do turismo por si só não é capaz de superar as iniquidades dos modelos de desenvolvimento econômico, que provocam o aprofundamento das desigualdades entre as regiões ou que privilegiam uma minoria da população que habita certa região. Os especialistas afirmam que o turismo é o setor que apresenta maior expansão no mundo dos negócios, caracterizando potencial de crescimento rápido e massivo. Podem apresentar inúmeras oportunidades, mas também muitos desafios. Algumas áreas certamente crescerão e outras entrarão em declínio. As previsões são indicadoras de tendências, nunca de certezas. Atingir ou não as previsões depende das empresas e de força da competitividade entre as atrações.

Segundo LEMOS (1998: 71), essa expressão “indústria do turismo” provavelmente surgiu quando o setor industrial era o grande motor do desenvolvimento capitalista. Mas hoje, esse setor está decaindo, e o que se verifica é o encaminhamento para uma “sociedade de serviços”, onde a produção ocorre simultaneamente ao consumo.

O turismo é uma atividade com o potencial de empregar muito mais pessoas, pois necessita de muita mão-de-obra. Além de fazer parte do setor de serviços (que passou a empregar mais que a indústria), o turismo tem um processo produtivo especial, necessitando de diversas organizações para ser realizado e, a maioria delas, de pequeno porte (que também acabam empregando proporcionalmente mais que as grandes empresas). Além disso, tem a capacidade de gerar muitos empregos de média e baixa qualificação, ou seja, a maior parte dos trabalhadores empregados não necessita de curso superior, mas sim de cursos técnicos que qualifiquem uma função.

É preciso compreender que o turismo apesar de ser uma fonte geradora de empregos e crescimento econômico local, muitas vezes não atinge as necessidades da população do próprio lugar. Pois a falta de planejamento dificulta serviços básicos como infra-estrutura, saneamento básico, educação entre outros.

3.2 O Desenvolvimento do Turismo e a Questão Ambiental

A evolução da atividade do turismo é um processo recente e que cada vez mais ganha espaço na economia mundial. A atividade é bastante explorada principalmente nos países em desenvolvimento. No Brasil desde a década de 1970 que a “indústria do turismo” transforma o ambiente natural e social em potencial turístico.

Devido o aumento da industrialização e da urbanização ocorrida nos últimos anos, os recursos naturais estão atingiram níveis de exploração elevado. Isso ocorreu devido a concepção que a sociedade tem de consumo e do sistema que rege a economia sempre busca otimizar os lucros. O meio ambiente sofre com o intensificado desenvolvimento das atividades econômicas, pois não consegue acompanhar o ritmo da exploração de seus elementos.

Para Seara (2003) “ O forte crescimento das atividades não vem acompanhado de um planejamento e gestão que possam contribuir para sustentabilidade dos ambientes visitados”. A degradação ambiental ocorre na medida que se alteram as características físicas, químicas e biológicas da água, do ar e do solo. O espaço natural está ligado a qualidade de vida das pessoas, portanto essa degradação ambiental compromete o meio ambiente e as sociedades humanas.

De acordo com o CONAMA (1986),

Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias

do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.

Para viabilizar os estudos dos impactos ambientais o único instrumento utilizado são o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), adaptados para atender a demanda da atividade.

3.2.1 Meio Ambiente

A princípio, as questões ambientais eram guiadas pela ecologia, que levava em consideração apenas os componentes dos ecossistemas naturais. Bifani (1981), diz que

o ambiente era compreendido, então, por tudo que rodeia o objeto de estudo e análise, ou que se queira manipular, referenciado a um sistema ecológico claramente identificado. Após maior evidencia dos problemas ambientais relacionados com aspectos sociais diversos estudos ressaltaram as relações do homem-ambiente natural no âmbito da ecologia humana. Foi através da influencia da Teoria Geral dos Sistemas que alguns autores definem o meio ambiente de forma mais abrangente. Nesse contexto, enfatiza-se o caráter sistêmico e interdisciplinar nas suas abordagens. O ambiente é, então, "um sistema completo constituído por diferentes subsistemas vinculados por fluxos de matéria, energia e informação, do qual o sistema objeto de estudo, análise e/ou manipulação é uma parte integral" Bifani (1981).

Segundo Silva (2004) o conceito meio ambiente pode ser compreendido sob três perspectiva: a primeira seria o Meio ambiente natural ou físico, que é composto pela água, solo, ar, flora, onde é dada a interação dos seres vivos e o seu meio e das relações entre as espécies. A segunda o Meio ambiente artificial, formado pelo espaço urbano construído. Por fim, o Meio ambiente artificial, composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora artificial, difere do anterior pelo sentido de valor especial que adquiriu ou de que se impregnou.

De acordo com a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 306/2002, Meio Ambiente é definido como conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

A interação do homem com a natureza provocou alterações na paisagem natural. O espaço geográfico é o resultado gradual da transformação da paisagem natural em uma paisagem social e cultural. Por esta razão, é preciso considerar a sociedade como um sistema que ao mesmo tempo que sofre alterações também provoca mudanças em outros sistemas.

A superfície da terra reproduz a organização dos vários sistemas que passam pela dinâmica da evolução natural ou humana. Segundo Christofolletti (1999) os ecossistemas e geossistemas são categorias expressivas de sistemas ambientais. O ecossistema é “unidade funcional básica na ecologia, pois inclui tanto os organismos quanto o ambiente abiótico” (ODUM, 1988, p. 9). Nos ecossistemas a comunidade biótica interage com o meio, formando o fluxo de energia que produz estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não vivas. Já os geossistemas são constituídos pelos componentes físicos e biogeográficos que formam o meio ambiente para o homem no contexto da organização espacial. Sousa Santos (1989), fala que:

“os cientistas sociais que estejam atentos ao desenvolvimento das ciências naturais e que os cientistas naturais estejam atentos ao desenvolvimento das ciências sociais. É necessário estabelecer os critérios, os limites, e as possibilidades de fertilização cruzada entre os dois campos científicos, critérios que permitam distinguir entre os dois o que há de futuro e de passado nesses desenvolvimentos de modo a rentabilizar seletivamente as dinâmicas futuras.”

Pelo que foi exposto, fica claro a complexidade que envolve o conceito de meio ambiente. Pois ele envolve a vida e suas relações em todas as formas, eliminando a atribuição exclusiva às ordens ecológicas. ODUM (1988), conceituava o meio ambiente a partir do contexto dos ecossistemas onde os organismos vivos(biota) e seu ambiente não vivo (abiota) estavam inseparavelmente inter-

relacionados e interagem entre si.

Prevalendo nesta perspectiva a relevância antropogênica, à medida em que tais organizações espaciais constituem o meio ambiente, que se torna o suporte para o desenvolvimento das atividades humanas. O foco de relevância são as sociedades e seus sistemas de atividades sócio-econômicas. Baseando-se na teoria Geossistêmica, CHRISTOFOLETTI (1999) redimensiona o conceito de meio ambiente sob o universo sistêmico, colocando que:

O ambiente é constituído pelos sistemas que interferem e condicionam as atividades sociais e econômicas, isto é, pelas organizações espaciais dos elementos físicos e biogeográficos (da natureza). Os sistemas ambientais são os responsáveis pelo fornecimento de materiais e energia aos sistemas sócio econômicos e deles recebem os seus produtos (edificações, insumos, emissões, dejetos, etc.).

Christofoletti (1999) coloca ainda, que o uso do adjetivo ambiental deve ser utilizado para contextualizar os componentes das características funcionais e dinâmicas dos sistemas que comportam os seres vivos. A Biogeografia para as sociedades humanas passa a ser elemento de condicionamento ambiental para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas. Assim, as mudanças que ocorrem nos sistemas ambientais físicos, que alteram suas características, irão refletir direta ou indiretamente na vivência das comunidades humanas.

3.2.2 Turismo e Impacto Ambiental

A qualidade do meio ambiente, tanto natural quanto o construído pelo homem, é essencial para o turismo. Entretanto, é necessário reforçar que o relacionamento do turismo com o meio ambiente é bastante complexo. Envolve muitas atividades que podem ter efeitos ambientais adversos. E muito desses impactos estão ligados a construção de obras de infra-estrutura, como as rodovias e os aeroportos, e às instalações turísticas, incluindo resort, hotéis, restaurantes, pontos comerciais, áreas de lazer, marinas etc., que são fundamentais para o desenvolvimento turístico. Ocorre que os impactos negativos desse desenvolvimento podem gradualmente

destruir os recursos ambientais dos quais depende o turismo. Por outro lado, o turismo tem um potencial de criar efeitos benéficos no meio ambiente, contribuindo para a proteção ambiental e a conservação. É possível identificar três áreas principais de ocorrência dos impactos ambientais do turismo de modo geral: relacionados com os recursos naturais, com a poluição, e os impactos físicos de modo geral.

A atividade turística está ligada diretamente ao meio ambiente e o utiliza como mercadoria para ser consumida e transformada, produzindo o espaço turístico, porém para considerar este “meio ambiente” é preciso ter em discussão que as ações antrópicas no espaço, geram ambientes diversificados cada um com sua significação e grau de importância para a humanidade. Portanto, ao considerar o turismo no meio ambiente, não se considera este último somente como o suporte físico, mas sim toda a concretização social expressa no espaço, promovendo o surgimento de diversificados meio-ambientes.

Swarbrooke, (1999) considera que no turismo, o meio ambiente é abordado de cinco formas diferenciadas, considerando o suporte físico e o fenômeno sócio-cultural: o Meio Ambiente Natural; O Meio Ambiente Rural; Vida Selvagem, Recursos Naturais e o Meio Ambiente Construído.

Como toda ação humana no ambiente gera transformações e mudanças, tanto negativas quanto positivas, o turismo no meio ambiente também gera impactos negativos e positivos, que refletem direta ou indiretamente na vida social e econômica das pessoas. Quanto aos aspectos positivos há que se ressaltar a diversificação da economia local e regional, geração de empregos diretos e indiretos, melhoramento da infra-estrutura básica de saneamento e transporte, cumprimento mais rigoroso da lei que se refere ao meio ambiente e aos recursos naturais, e até mesmo reforma e ampliação das mesmas, criação de parques, reservas, corredores ecológicos, entre outros que contém relevante interesse turístico, o que contribui para proteger e conservar espaços naturais em sua forma inicial, melhoria de equipamentos para áreas protegidas, intensificação do monitoramento ambiental, reforço da política ambiental, etc. Todavia os impactos negativos sobre o meio ambiente parecem estar prevalecendo, “por isso, muito ainda se discute sobre o real potencial da atividade ecoturística em conservar a diversidade biológica e cultural para um desenvolvimento sustentável” (BOO, 1995).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pouco mais de três décadas a praia do Jacaré alternou curtos períodos de crescimento urbano com longos intervalos de estagnação. Caracteriza-se como uma área de baixa densidade populacional, marcada pela presença de poucos núcleos populacionais, alguns densamente ocupados. O uso habitacional é o que mais se desenvolve na região desde a década de 1950.

O processo de urbanização é dinâmico e sempre faz alterações no espaço . A praia do jacaré por pertencer a uma cidade onde 98% do seu território é urbanizado, acaba tendo uma dinâmica espacial relativamente alta. O turismo é um setor que movimenta a região, porém pôde-se observar que o desenvolvimento do turismo por um lado movimenta economicamente a região e por outro traz efeitos negativos para o meio ambiente.

Considerando tais aspectos e outros analisados, foi feita a seguinte avaliação do processo de ocupação urbana na praia do Jacaré: - o processo de degradação ambiental está diretamente ligado ao processo de ocupação urbana da área e o crescimento do turismo.

Os sistemas de coleta e destinação final dos esgotos utilizados pela maioria da população, comprometem a qualidade das águas subterrâneas e consequentemente das águas estuarinas, devido à superficialidade do lençol freático.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADIRU, Ajibola Isau. O processo de expansão e estruturação urbana de Cabedelo e as influências ambientais. 1999. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) PRODEMA. Univ. Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa.

BARCELLOS, Frederico C.; OLIVEIRA, Sônia Maria M.C. Novas Fontes de Dados sobre Riscos Ambientais e Vulnerabilidade Social. IBGE, Rio de Janeiro, 2008. p. 1-15.

BIFANI, Pablo. La interrelación medio ambiente-desarrollo desde el punto de vista econômico. *opiniones*, n.1, 1981 (fascículos de medio ambiente, 1);

BOO, E. O Planejamento Ecoturístico para as Áreas Protegidas. In: *Ecoturismo: um guia para o planejamento e Gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 1995.

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. 6ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In:

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000

CORREA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ática, 1993.

CORREA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

DIAS, R. *Introdução ao turismo*. São Paulo: Atlas, 2005.

García, J. R. (2008). *Estructura y economía del mercado turístico*, 7ª ed. Oviedo: Septem Universitas Ediciones

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In: *Censo – 2010*. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php. Acesso em 11/01/2011.

KOTLER, Philip e outros. *Marketing público: como atrair investimentos, empresas e turismo para cidades, regiões, estados e países*. Trad. Eliane Kanner. São Paulo: Makron books, 1994.

LEMOS, Leandro Antônio de. Os sete mitos do turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, S. (org). *Turismo: 9 propostas para um saber fazer*. Edição dos autores, 1998: 65-7

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006

OMT (1998). *Introducción al turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.

PIRES, P. A paisagem litorânea como recurso turístico. In. Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani A.; e Cruz, Rita de Cássia Ariza. (org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3a ed. São Paulo: Hucitec, 2002. Pg. 161-177.

SANTOS, M . Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 4ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2008

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5. ed. São Paulo, HUCITEC, 1997.

SANTOS, M.. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 4 ed., 2 reimpressão, 2006.

SILVA, Antônio Willamys Fernandes da. Transformações urbanísticas em um bairro planejado: o caso do projeto habitacional Mangabeira em João Pessoa, 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

SILVA, José Afonso da. Direito ambiental constitucional. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVEIRA, Marco Aurélio Tarlombani. As políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil. In: SOUZA, Maria José (org). Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB: Departamento de Geografia: Ministério do Meio Ambiente, 2002: 39-51.

SOUSA SANTOS, B. de. Introdução a uma ciência pósmoderna. Porto: Edições Afrontamento, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SWARBROOKE, J. Turismo: Conceito e Impacto Ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

VIZZOTTO, Andrea Teichmann; PRESTES, Vanêscia Buzelato. Direito Urbanístico. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.